



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE

PLANO DE CUSTEIO E DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Declaro perante ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo que o **PLANO DE CUSTEIO** desta Autarquia, estabelecido por meio da **Lei Municipal nº 2.448/2021** de 05/07/2021, após alteração da redação do Art. 4º, por meio da **Lei Municipal nº 2.482/2021** de 24/09/2021, com vigência para o exercício financeiro de 2023, estando compatível com a alíquota sugerida pelo parecer do atuário responsável inserto nas avaliações anteriores a esse exercício, e por meio da Reforma Previdenciária com a promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, de 12/11/2019, em que no exercício de 2020 passou-se a recolher as alíquotas das contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, passando a alíquota de 11% (onze por cento) para a alíquota de 14% (quatorze por cento), que foi promovida pela Lei Municipal nº 2.302/2019 de 27/12/2019.

Desta forma, o plano de amortização do déficit atuarial estabelecido pela Lei Municipal nº. 2.448/2021 e Lei Municipal nº. 2.482/2021, vigente no exercício financeiro de 2023, foi promovida para em compatibilidade com o parecer do atuário responsável inserto na avaliação atuarial do exercício de 2023, contendo as ações alinhadas com a aplicabilidade das alíquotas para os servidores ativos, inativos e pensionistas, e os valores definidos do aporte anual previsto para o exercício financeiro de 2023, com as suas devidas correções estabelecidas em legislação. Ressaltamos que pela insuficiência financeira apurada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo-TCEES, referente a Prestação de Contas Anual do Exercício de 2021-PCA/2021, houve a alteração dada pela Lei Municipal nº. 2.744/2023 de 05/10/2023, alterando o parágrafo 2º, artigo 2º da Lei Municipal nº 2.448/2021, com complemento do montante de R\$ 358.939,12 (trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e doze centavos) em complementação ao aporte para amortização do déficit atuarial.

Ressaltamos, conforme relatórios técnicos da Avaliação Atuarial do exercício de 2023, visando suprir o déficit atuarial apontado para o ajuste do equilíbrio financeiro e atuarial, esta Autarquia de Regime Próprio de Previdência Social alterou a Lei Municipal nº. 995/2007 de 10/10/2007, por meio da Lei Municipal nº. 2.448/2021, Lei Municipal nº. 2.482/2021, e Lei Municipal nº. 2.744/2023, em que o Ente Federativo tomou as providências para fins de atendimento ao plano de amortização apresentado no cálculo da Avaliação Atuarial do exercício de 2023, e para a sua execução durante o exercício financeiro de 2023, e pela insuficiência financeira apurada referente ao Exercício de 2021.

Deste modo, os valores dos aportes apontados para o exercício de 2023 foram aqueles estabelecidos, e como mencionados, esses valores aumentam gradativamente anualmente como definido na Lei Municipal nº. 2.448/2021 até o ano de 2024 e que após esse período os valores desses aportes estão definidos com valores iguais anualmente até o termino da amortização do déficit atuarial.

Encaminhamos anexo a Lei Municipal nº. 2.448/2021. E vale ressaltar que houve alteração da redação na referida lei, por meio da Lei Municipal nº. 2.482/2021, e alteração para adequação ao complemento de aporte para amortização do déficit atuarial pela Lei Municipal nº. 2.744/2023.

Santa Maria de Jetibá/ES, 23 de fevereiro de 2024

DAVID RAASCH
Presidente Executivo do IPS/SMJ